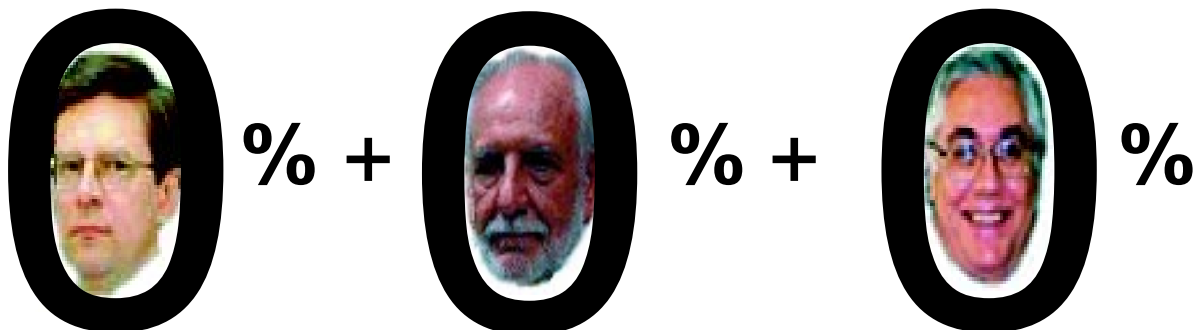


ADunicamp



CRUESP PROPÕE



NOSSA RESPOSTA: GREVE

**DELIBERAÇÕES COMUNS DAS ASSEMBLÉIAS DE 31 DE MAIO
ADUNICAMP E STU**

1. Manutenção da Greve;
2. Participação e fortalecimento das atividades programadas;
3. Nova Assembléia em 08 de junho, às 12 horas.

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DA GREVE

👉 Hoje, 2 de junho:

Aula Pública, às 11 horas, no Ciclo Básico (antigo)

Alternativas de desenvolvimento econômico para o Brasil, com o Prof. Plínio de Arruda Sampaio (ex-deputado constituinte pelo PT).

👉 5ª feira, 3 de junho:

Ato Público na Assembléia Legislativa de São Paulo

Audiência da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia para discutir a situação do ensino superior público, a expansão de vagas nas universidades estaduais e também o elenco de reivindicações do Fórum das Seis. Ônibus saindo da Unicamp às 9:30h. Inscreva-se na Adunicamp e no STU, por e-mail ou telefone.

👉 2ª feira, 7 de junho:

Ato Unificado em frente à Reitoria da Unicamp - reunião de negociação com o Cruesp.

👉 Comando de Greve: reuniões diárias:

- na sala multiuso Adunicamp, às 14 horas;
- no Ciclo Básico, às 14h;
- no Caism, às 9h, 13h, 20:30h (hall de entrada);
- no HC, às 10h e 16h (rampa).

Nunca conseguimos recuperar nossas perdas salariais sem mobilização!

Por que acreditar que agora será diferente ?

CONSIDERE QUE:

Fato 1: A história de nossas campanhas salariais mostra alguns fatos relevantes:

1. Não é verdade que fazemos greve todos os anos. Ao contrário, em momentos cruciais para a sobrevivência da Universidade, quando os níveis de comprometimento orçamentário com pessoal indicavam a impossibilidade de reajuste (um exemplo recente é o ano de 1998), o movimento docente e dos técnico-administrativos optou por não lutar por recomposição salarial. O compromisso com a defesa da Universidade Pública e Gratuita de qualidade constitui um princípio fundamental em nossa luta.
2. Nunca fomos positivamente surpreendidos com notícias de recuperação salarial sem que precisássemos lutar por nossas reivindicações. Somente conseguimos recuperar nossas perdas, mesmo que parcialmente, nos anos em que nos mobilizamos e lutamos em defesa de nossos salários.
3. Nunca conquistamos um aumento real de salário, apenas vimos conseguindo recuperar parte de nossas perdas, que vêm se acumulando ao longo dos anos. Hoje nosso poder de compra é 49% inferior ao de 1989; a defasagem de 2001 até hoje - de quase 10%, e que chega aos 15% se colocarmos nas contas o confisco de 5% do Alckmin - tem, na prática, o efeito de corroer nossa conquista na greve de 2000, quando conseguimos recuperar o salário de 1995 e, assim, nos aproximarmos de 1989. É como se, nos últimos três anos, tivéssemos trabalhado dois meses sem receber salário. Aliás, quem já não sabia disto, empiricamente, na hora de fazer compras, de tirar férias, de propiciar qualidade de vida, de educação, de saúde a nossas famílias??
4. Apesar de reiteradas discussões no movimento acerca da impropriedade da greve como instrumento de luta, ainda não surgiu nenhuma proposta de outro modo de luta.

Fato 2: O Estado de São Paulo não investe na Educação Pública

A quota parte do ICMS destinada ao financiamento do ensino superior no Estado de São Paulo é insuficiente, desde que conquistamos a autonomia de gestão financeira. Inicialmente estabelecida em 8%, foi subindo progressivamente como resultado direto de nossas lutas em defesa de salários e da universidade, chegando hoje a 9,57% do ICMS arrecadado. Antes da autonomia, as Universidades Estaduais Paulistas recebiam 12% do ICMS; desde lá, ampliamos vagas, aumentamos a produção acadêmica, somos até mesmo usados na propaganda político-partidária de todos os governos e também de todas as reitorias. Retorno para nós? Mais trabalho com menos salário! Além,

é claro, da nossa transformação - pelos políticos e pela mídia - em improdutivos, ociosos, privilegiados...

A bandeira histórica do movimento docente é que a educação pública - aí incluído o ensino superior - e a saúde pública devem ter seus orçamentos vinculados ao PIB, por mecanismo constitucional. Este é o único mecanismo de proteger áreas fundamentais para o desenvolvimento da nação e da população de ataques dos governantes de plantão, seja por mudanças de leis ordinárias, ou pelas mudanças nas formas de tributação. É pelo reconhecimento da dificuldade de conquistar este patamar que colocamos, a curto prazo, a luta pela elevação da quota

parte para 11,6% do ICMS, além da constitucionalização da autonomia. Lembremos que o orçamento das Universidades Paulistas ainda depende de ser incluído na LDO pelo governador.

Não podemos desconsiderar uma questão que vimos denunciando desde maio de 2003: o confisco de 5% de nossos salários (v. *“Como transformar 14,45% em 8,72%”*, no Boletim Adunicamp 14, de 26 de maio de 2003) praticado pelo governador Alckmin foi muito mais que isto: o governador in-

ventou um modo de burlar a LDO que ele mesmo encaminhara à Assembléia, reduzindo o repasse do ICMS para as universidades; no caso da Unicamp, a perda é em torno de 3%!

Então, não pode restar dúvidas: o investimento do governo estadual na educação pública é absolutamente insuficiente! A qualidade das Universidades Estaduais só se mantém pelo compromisso e dedicação das pessoas que as constroem, docentes e técnico-administrativos.

Fato 3: Temos que pressionar a Assembléia Legislativa

Daí, a importância de nos mobilizarmos para o Ato Público na Assembléia Legislativa, que acontecerá na próxima 5ª feira, 3 de junho. Neste dia, a Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia fará uma audiência pública, para discutir o ensino superior no Estado de São Paulo, incluindo na pauta o orçamento das universidades, a ampliação de vagas e as reivindicações do Fórum das Seis. Este é um momento privilegiado, pois é uma oportunidade única para **convencermos** os deputados a apoiarem nossas emendas à LDO e a instalação de uma CPI da evasão fiscal.

A título de lembrança: o Fórum apresentou três emendas a serem subscritas pelos deputados: a) elevando para 11,6% a quota parte do ICMS destinada às Universidades Públicas Paulistas; b) instituindo a quota parte de 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza; c) elevando de 30 para 36% da receita tributária total do estado os recursos destinados à educação pública em todos os níveis. Deste modo, estamos conseguindo uma articulação com as demais entidades

representativas do funcionalismo na área da educação para uma luta conjunta na Assembléia.

Ainda a título de lembrança, a própria Secretaria da Fazenda afirma que o ICMS arrecadado corresponde ao que se perde em tributo com a evasão fiscal (evasão = sonegação + renúncia). Admitir que se perde R\$1,00 para cada R\$1,00 arrecadado e não enfrentar o problema significa, no mínimo, omissão e aí, somente com uma CPI para investigar quanto de recursos está sendo desviado, para onde, por que, e modos de enfrentamento.

Por que estamos colocando tudo isto? Para enfatizar que temos consciência de que a defesa da Universidade Pública Paulista exige que nossa luta ultrapasse os limites do campus e se dirija à política do governo Alckmin. Por isto, a denúncia dos atos do governador, por isto os atos na Assembléia Legislativa, por isto precisamos fortalecer nosso movimento. Afinal, nosso adversário é bem forte mas não é dois, já diziam nossos avós...

Fato 4: Temos que pressionar os reitores

Porém, dentro deste quadro de restrições orçamentárias, não podemos ignorar que há espaço real para uma recomposição de nossos salários, impedindo que nossas perdas se avolumem a ponto de ficar praticamente impossível revertê-las.

Vamos ao que interessa:

Sabemos das dificuldades pelas quais passa a economia brasileira, sem omitir que são decorrentes, basicamente, de modelos políticos impostos ao país pelos governos Collor e FHC e aprofundado por Lula da Silva. A opção pelo pagamento de juros da dívida e pelo superávit fiscal acima do com-

binado com o FMI, às custas da população brasileira, não é nossa e não podemos compactuar com ela.

Daí, o terrível espetáculo da falta de crescimento! A propósito, hoje, dia 2 de junho, o Prof. Plínio de Arruda Sampaio, um dos fundadores do PT e deputado constituinte, falará sobre *“Alternativas de desenvolvimento econômico para o Brasil”*, em aula pública no Ciclo Básico (o antigo, agora rejuvenescido) às 11 horas. Esta aula é uma atividade de greve, conjunta da Adunicamp, STU e estudantes.

Entretanto, o Brasil parece estar constantemente demonstrando ser maior que os governantes. Apesar de tudo, a economia brasileira dá sinais de recuperação desde agosto de 2003, com crescimento constante do ICMS, um crescimento muito pequeno, mas real e mantido.

A própria Secretaria da Fazenda de São Paulo estimou, em agosto de 2003, ao apresentar o orçamento para 2004, um crescimento real de 3%. OK, esse crescimento já está computado nas previsões das Universidades, quando aprovaram suas propostas de orçamento para 2004.

Porém, lembrando que perguntar não ofende, o que falar do crescimento do ICMS acima das previsões da Secretaria da Fazenda e das Universidades??

Vamos aos números: a) no primeiro quadrimestre de 2004, o ICMS foi 2,5% acima das previsões oficiais; b) este crescimento vem se mantendo em todos os meses, inclusive aumentando mês a mês, de modo que em abril foi 4,7% superior às previsões.

A pergunta que não pode ser calada é: para onde irá o “excedente” de arrecadação? Dito de outra forma, quanto virá para salário??

Voltando ao começo deste texto, a história de nosso movimento também nos ensina que somente tivemos recomposição salarial fora de nossa data base quando conseguimos negociar com o CRUESP propostas concretas de política salarial, com parâmetros claramente definidos. E a mesma história ensina que estas conquistas somente ocorreram durante a campanha salarial, no auge de movimentos de greve, quando estávamos todos fortemente mobilizados.

Fato 5: Os resultados dependem também de nós.

Última consideração, por hoje: ou reconquistamos nossos salários agora ou então somente em maio de 2005...

Afinal, a ADunicamp e o STU somos todos nós!

Participe da luta em defesa dos salários e da Universidade Pública e Gratuita.

HC ENTRA NA GREVE HOJE

Uma Assembléia no HC com mais de 200 trabalhadores, ontem, aprovou o início da greve no hospital a partir de hoje. A adesão será gradual e começa com a redução de aproximadamente 25% dos serviços. As ações da greve começam prioritariamente no agendamento e nos ambulatórios até, paulatinamente, chegar a setores como enfermarias e centro-cirúrgico.

No Caism, os trabalhadores mantêm a redução gradual nos procedimentos em vários setores desde a última segunda-feira. Alguns já trabalham em esquema de plantão.

A adesão da área de Saúde intensifica nossa Greve contra o triplo Zero dos reitores. As demais unidades devem continuar com as reuniões organizativas a partir das 8h30 para ampliar a adesão ao movimento. Ontem, os técnicos administrativos da FEF também decidiram aderir à greve, que continua crescendo. **Hoje, a partir das 9h, tem café da manhã da greve no Imecc junto com os companheiros do IFCH e do IEL. O outro acontece no Cemeq, junto com os trabalhadores da Gráfica e da Marcenaria, também às 9h.**